

CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE AUTOR

REFLECTIONS ON THE NOTION OF THE AUTHOR

Daniela Beccaccia Versiani (FAPERJ/PUC-Rio)*

RESUMO: Este artigo procura oferecer um mapeamento para uma possível história do conceito de autor. Com o apoio dos pensadores Seán Burke e Hans Ulrich Gumbrecht, procuramos pontuar os possíveis fatores socioculturais e históricos que permitiram seu surgimento na era moderna, a sua crítica e dissolução no século XX, e sua retomada no contexto contemporâneo. Para além dessas questões, o presente trabalho também procura oferecer uma reflexão sobre as questões éticas e políticas envolvidas na afirmativa da “morte do autor”, de modo a permitir inferências sobre a necessidade hoje sentida de uma retomada na noção de autor a partir de outros questionamentos éticos, representacionais e políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Autor. Ética. História do conceito. Morte do autor. Política.

Hoje, uma das questões mais complexas herdadas do século XX diz respeito às dificuldades criadas pela afirmativa pós-estruturalista da ‘morte do autor’ (que veio a reboque da afirmativa da ‘morte do sujeito’) diante da necessidade de expressão de discursos minoritários e de novas subjetividades e também diante dos questionamentos éticos com os quais intelectuais temporalmente localizados pós-Segunda Guerra Mundial, pós-movimentos de 68, pós-feminismos, pós lutas pelos direitos civis das minorias, se defrontaram (Huysen, 1991, p. 1993)ⁱ.

A reflexão sobre as consequências éticas e políticas dessas duas afirmativas, que marcaram boa parte das discussões no campo filosófico e literário a partir da segunda metade do século XX, tem estimulado o empenho de alguns teóricos contemporâneos da cultura em retomar as noções de sujeito e autor a partir de outras necessidades, outros pressupostos, e também outros objetivos, entre os quais aquele de retomar tais conceitos de modo produtivo, como agenciadores, facilitadores ou catalisadores da percepção de novas subjetividades e não como empecilhos para a sua visualização.

No prólogo a seu livro *The Death and Return of the Author. Criticism and Subjectivity in Barthes, Foucault and Derrida* (1993), Seán Burke evoca o “caso De Man”, dando início a uma reflexão, ainda atual, que pode ser lida como avaliação das consequências éticas daquela

* Daniela Beccaccia Versiani é doutora em Estudos de Literatura pela PUC-Rio. Este trabalho faz parte de sua pesquisa intitulada “Construtivismo em processos de leitura, historiografia literária e etnografia: práticas e teorizações” que vem desenvolvendo no Departamento de Letras da PUC-Rio sob orientação da teórica da literatura Heidrun Krieger Olinto e com financiamento da FAPERJ. E-mail: daniela.versiani@pobox.com
Revista Literatura em Debate V.3, n.4, p. 1-20,2009

que talvez tenha sido a mais polêmica afirmativa pós-estruturalista acatada pelos desconstrucionistas da Escola de Yale: a da “morte do autor”.

Como aponta Burke, a divulgação dos 170 artigos publicados entre 1940 e 1942 pelo jovem Paul de Man no jornal colaboracionista belga *Le Soir*, não apenas desencadeou uma série de questionamentos entre os teóricos formados pelo pensamento desconstrucionista sobre a validade acontextual e atemporal da dissociação autor/texto, premissa que De Man ajudou a modelar, mas forçou-os também a reconduzir o olhar sobre sua vida - sua figura histórica – que agora era percebida com maior complexidade (BURKE, 1993, p. 2). Ironicamente questões relativas à relação autor/texto foram reinseridas no circuito de discussões acadêmico justamente através da figura de um dos teóricos que mais colaborou no processo de desarticulação dessas categorias.

Podemos inferir que a discussão levantada por Seán Burke sobre o retorno do autor é a tentativa de uma retomada não apenas da noção de autor, mas também do autor empírico, ligado à vida, que reocuparia um lugar que a teoria desconstrucionista, ao predominantemente trabalhar com a noção de autor como categoria a-histórica e acontextual, deixara vago. No entanto, a afirmativa do desaparecimento do autor precisa, necessariamente, contar com a prévia percepção da constituição da noção de autor, tema ao qual Gumbrecht se dedica em dois capítulos de seu livro *A modernização dos sentidos* (1998). Nesses capítulos, Gumbrecht discute o surgimento tanto da noção de autor quanto a de sujeito a partir de uma constelação de fatores surgidos com o início da era moderna.

No capítulo intitulado “Autor como máscara. Contribuição a uma arqueologia do impresso”, Gumbrecht chama a atenção para a passagem de um regime de oralidade para um regime da fixação da palavra escrita - propiciado pela institucionalização da imprensa - como uma das causas plausíveis para o surgimento da noção de autor, que funcionaria como máscara de univocidade que dissimula a instabilidade e a plurivocidade de sentidos do texto escrito.

Gumbrecht afirma que essa univocidade se fundamenta na crença do leitor em uma *intencionalidade* do autor (GUMBRECHT, 1998, p. 100), que pode ser mais ou menos controladora das flutuações de sentido, mas que de qualquer forma precisa existir: “O que importa é a convicção de cada leitor de que essa intencionalidade existe, conferindo às variações individuais um caráter secundário” (Id. Ibid. p. 100-101).

É nesse contexto que, segundo Gumbrecht, a imprensa passa a ter um papel decisivo

Revista Literatura em Debate V.3, n.4, p. 1-20,2009

na transformação de uma noção medieval para uma noção moderna de *eu*, esta caracterizada pela intencionalidade anterior ao texto:

Se atribuirmos à era da imprensa a origem do papel do autor - na sua dupla função: mascarar a instabilidade do sentido e, ao mesmo tempo, assegurar-lhe uma intencionalidade -, podemos contrapô-lo ao eu que aparece nos textos medievais. O eu medieval é uma instância que só possui estatuto no interior de um texto determinado, ou, independente desse texto e fora dele, numa situação de execução. O 'autor' que, com o advento da imprensa, substitui esse eu, situa-se a uma distância suficientemente marcada tanto do texto como de sua encenação para fazer crer na existência de um sentido estável, por assim dizer anterior ao texto - o de uma intencionalidade preexistente (GUMBRECHT, 1998, p. 101).

A partir de um exemplo concreto - a publicação, em 1496, do livro intitulado *Cancioneiro*, do poeta castelhano Juan del Encina, primeira coletânea com as obras de um único escritor a ser impressa na Espanha - Gumbrecht mostra o esforço do autor em fixar, através de prefácios e prólogos, sua intencionalidade na obra, evitando as flutuações de sentido que sua ausência no momento da recepção propiciaria. Tal preocupação pode ser notada no prólogo a uma égloga do *Cancioneiro*, no qual Juan del Encina resume a cena que nela vai se desenrolar: a de um pastor de nome Juan que, diante das alterações feitas por outro pastor, de nome Mateu, decide fazer a compilação de suas obras. Posteriormente, Juan del Encina - possivelmente também ator nas encenações de suas próprias obras na corte de Espanha - afirma que ele próprio decidiu reuni-las em um *Cancioneiro* para escapar das alterações que outros lhes faziam, nelas colocando coisas que nunca havia dito (p. 98-99).

Para Gumbrecht, a função dos prólogos, introduções e posfácios era, de um lado, orientar para o modo como textos deveriam ser recebidos e reduzir a plurivocidade que o texto impresso propiciava ao viabilizar a comunicação sem a co-presença e interação entre autor e leitor, característica da situação de comunicação oral. De outro, ao criar um afastamento entre Juan del Encina como personagem histórico, possuidor de um corpo físico - do 'autor' do *Cancioneiro* e do 'ator' que representava um personagem da égloga -, esses prefácios estabeleciam uma separação entre os diferentes sujeitos discursivos, base do jogo de máscaras propiciado pelo surgimento do "papel de autor".

Um outro exemplo dado por Gumbrecht ilustra a questão da intencionalidade e o jogo de máscaras que se estabelecem a partir do "papel de autor": os inúmeros prefácios, prólogos e posfácios da *Comedia de Calisto e Melibea* (1499), de Fernando de Rojas, que, igualmente, cumprem a função de orientar sua recepção. Ainda que seu autor reconheça a impossibilidade

Revista Literatura em Debate V.3, n.4, p. 1-20,2009

de garantir a univocidade, neles transparece a tentativa de “assegurar um sentido permanente, tão logo se apropriam do texto diferentes leitores/ouvintes” (Id. Ibid. p. 102).

Essa “obsessão” em escapar da plurivocidade, em expressão de Gumbrecht, tem fundamento uma vez que, ao longo dos anos, a obra terminou sendo conhecida pelo título de *La Celestina*, “privilegiando o papel da alcoviteira em detrimento da intriga amorosa entre Calixto e Melibeia” (GUMBRECHT, 1998, p. 102). E isto a despeito dos esforços de Fernando de Rojas para firmar através de seus prólogos sua intenção moralizadora.

Tal intenção é afirmada no primeiro dos posfácios à obra, atribuído ao próprio Fernando de Rojas, no qual este deixa claro que a sua é uma proposta de leitura totalmente convencional. No entanto - e aqui tem início o jogo de máscaras que o “papel de autor” propicia -, em um segundo posfácio, já não mais atribuído a Fernando de Rojas e sim a um *corrector* da impressão, é proposta uma segunda leitura, que se apresenta com um apelo mais sensual. Como explica Gumbrecht, “Com efeito, um segundo posfácio, atribuído dessa vez ao *corrector de la impresión*, associa uma outra forma de recepção, menos espiritual e moralizante, a leitura em voz alta, a uma reação em que se confundem diversas tonalidades afetivas” (Id. Ibid. p. 103).

Assim, enquanto o prólogo atribuído ao próprio Rojas apresentava uma “intenção de autor” fundada em uma religiosidade moralizadora, a suposta intenção mais sensual é associada à autoria de um *corrector*. Segundo Gumbrecht, por trás da figura do corretor da impressão, Fernando de Rojas, um provável judeu-ortodoxo, protegia-se da Inquisição.

Gumbrecht aponta o jogo da máscara do autorⁱⁱ como um caminho de duas mãos: a intencionalidade mascara o corpo físico do autor e, por outro lado, o corpo humano mascara as intenções do autor:

A subjetividade colocava, portanto, o problema da instabilidade do sentido, resolvido pela máscara da intencionalidade. Por seu turno, a necessidade de dissimular essa intencionalidade produzia o problema da impenetrabilidade do corpo - e da materialidade do texto - como objetos de interpretação. (...).

Com o tempo, a dupla necessidade de uma articulação corporal e/ou textual que queria ser a expressão exata de uma intencionalidade e de uma interpretação capaz de retransformar essas articulações em figuras de sentidos nítidos conduziu a essa obsessão da transparência característica do século das Luzes. Não foi por acaso, portanto, que o século XVIII elevou a fisionomia à categoria de uma ‘ciência’ central e que seus autores, para justificar suas intenções, redigiam prefácios amiúde mais longos e mais complexos que os textos que eles introduziam” (destaques do autor) (Id. Ibid. p. 105).

Nesse ensaio, portanto, Gumbrecht demonstra a dupla dependência entre as condições históricas que propiciaram o “nascimento do autor” e o “nascimento da subjetividade moderna”. De um lado, o “nascimento do autor” relaciona-se com um novo modo de produção de sentido, associado à noção de subjetividade moderna. Na modernidade, o sujeito é entendido como a instância da produção de sentidos, em oposição à idade média, na qual reinava o ato de criação divina e a imanência de sentido. Por sua vez, o surgimento do sujeito moderno propicia o nascimento do autor. Se antes do advento da imprensa a circulação de significados pressupunha a co-presença entre autor e ouvinte - ou seja, a interação direta e o consenso estabelecidos entre autor e ouvinte através dessa interação - com a institucionalização da imprensa passa-se a uma situação na qual a circulação de significados dispensa a co-presença física, concreta, do autor e do leitor. Surge então a necessidade de novas formas de orientação para estabelecer consensos em torno de sentidos, donde a necessidade de se estabelecer a noção de intencionalidade, fundada na figura do autor:

Com o desaparecimento da situação de interação direta, os leitores tiveram necessidade de uma nova orientação para dominar o risco de uma plurivocidade, ou mesmo de uma confusão, de sentido. O papel do autor encontrava aí a sua função específica e sua razão de ser histórica (GUMBRECHT, 1998, p. 104).

Por fim, Gumbrecht destaca a mudança de caráter epistemológico que essa constelação de fatores propicia: “No plano epistemológico, segue-se que com o papel de autor é a era do homem como intencionalidade que se inicia” (Id.Ibid.p. 104). Já no ensaio subsequente, intitulado “Garcilaso de la Vega, el Inca. Nascimento do sujeito a partir do sistema da burocracia”, Gumbrecht amplia a discussão sobre as noções de autor e sujeito, acrescentando, para além de suas relações com o surgimento da imprensa, outros dois acontecimentos: o processo de colonização da América e a instauração do sistema burocrático. Neste ensaio o teórico procura mostrar como tal constelação de fatores históricos serão desencadeantes, no Ocidente, de uma transformação de mentalidade que acabará por constituir outra visão de mundo, da qual foi possível emergir a noção moderna de sujeito.

Para fundamentar a tese de que a noção moderna de sujeito surge a partir do sistema burocrático, Gumbrecht analisa a obra *Comentários reais de los Incas*, uma história do reino inca, de Garcilaso de la Vega, el Inca, nascido em Cuzco, em 1539, “filho de uma neta do último inca e de um soldado do séquito de Pizarro”, que emigrou para a Espanha em 1560, morrendo em Córdoba, em 1616 (Id. Ibid. p. 113).

Comentarios reales de los Incas recebeu várias e sucessivas leituras romantizadas, servindo, no século XVIII, no Peru, de fonte de inspiração para rebeliões anti-colonialistas. Tornou-se obra canônica e Garcilaso apresentado como vítima da colonização (Id. Ibid. p. 114). No entanto, para Gumbrecht, existe um conflito entre o desejo de seus leitores de vê-lo como vítima do domínio colonial e o papel que o próprio Garcilaso de la Vega quis desempenhar. Portanto, para o teórico alemão, a questão primordial é saber “se o desejo de seus leitores de estilizá-lo como vítima do domínio colonial não simplifica, de maneira problemática, a complexidade e o caráter contraditório daquele papel que ele quis desempenhar (e, em parte, desempenhou)” (GUMBRECHT, 1998, p. 114).

Ao longo de sua argumentação, Gumbrecht mostra que a identidade que Garcilaso construiu para si através da escrita é complexa, o que pode ser percebido pelo ato de renomear-se:

Seu nome de nascença , Gómez Suárez de Figueroa, compôs-se do nome espanhol da mãe (Suárez) e do nome de parentes do pai na Extremadura (‘Figueroa’). Somente depois da morte do pai adotou, desde 1561 - e já na Espanha -, o seu nome ‘Garcilaso de la Vega’. O aposto ‘el Indio’ ou ‘el Inca’ não surgiu antes da edição de sua primeira publicação em 1590 (Id. Ibid. p. 114-15).

A pergunta que Gumbrecht procura responder em seu ensaio é se “na vida e nos livros do inca Garcilaso de la Vega realmente aparecem aspectos e estruturas que são paradigmáticos para a contribuição da imprensa e da colonização na gênese da época moderna” (Id. Ibid. p.115). Ou seja, em que grau a experiência histórica de Garcilaso contribuiu para a auto-modelagem de sua identidade/subjetividade? Para responder a esta questão, Gumbrecht analisará a obra *Comentarios reales*, de Garcilaso de la Vega, focalizando dois momentos de sua trajetória: a experiência de mundo de Garcilaso em Cuzco (de 1539 a 1560), e a experiência política e cultural de Garcilaso em Madri (de 1560 até sua morte em 1616).

A partir de 1561, Madri torna-se o centro administrativo do império. No contexto de instauração plena da burocracia estatal espanhola, a questão da escrita passa a ter uma importância fundamental. Para que um nobre tivesse poder e terras era preciso prová-lo por escrito; portanto, a legitimação de seus direitos dependia da escrita:

A burocracia devia decidir - como os consejos medievais - sobre a legitimidade das reivindicações ao estatuto de nobre e, sobretudo, sobre as pretensões e direitos econômicos daí advindos. O elemento estrutural decisivo de tais procedimentos repousava no fato de que não cabia à burocracia a iniciativa de contestar tais

pretensões; era muito mais a obrigação dos que queriam validar direitos de propriedade e de nobreza fazer com que estes fossem garantidos por escrito pela burocracia. Para tal fim, precisava-se apresentar à administração uma série de documentos rigorosamente padronizados conforme o conteúdo e a forma, cuja peça central era uma documentação completa da própria genealogia (destaque meu) (Id. Ibid. p. 120).

Para Gumbrecht, a importância das escritas autobiográficas nesse período da história espanhola (séc. XVI) deve-se ao fato de encenarem “projetos de identidade pessoal”. Contudo, em um plano coletivo, também as crônicas tratavam de questões de identidade. Encomendadas pelo *Consejo de las Indias*, seus autores eram orientados sobre os critérios e forma textual a escolher. Se favorecessem os *conquistadores*, estes teriam possibilidades maiores de reivindicar direitos sobre as terras da colônia. Se criticassem a conduta dos *conquistadores*, não apenas enfraqueciam seus direitos, mas também conferiam ainda mais legitimidade ao Estado de se fazer presente nas colônias por meio da burocracia (GUMBRECHT, 1998, p. 120-121).

Torna-se assim evidente que era por meio da escrita de cunho autobiográfico (produzida por conquistadores que reivindicavam direitos) e das crônicas (encomendadas pelo Estado) que se travavam em grande parte as disputas de poder sobre as terras das colônias. Em ambos os casos, a legitimação de direitos dependia da construção de uma identidade - fosse ela a identidade do conquistador ou a do Estado, representado pelos Reis Católicos - associada a discursos registrados na forma escrita.

É nesse contexto que Gumbrecht analisa a trajetória de Garcilaso de la Vega. Ao longo de seu ensaio, o teórico alemão mostra como, através da escrita, de la Vega soube reivindicar seus direitos ou mesmo construí-los, legitimando-se, por exemplo, como herdeiro de um tio. Investindo seu dinheiro na impressão de seus próprios livros, de la Vega soube construir uma identidade autoral a partir da qual legitimou seus direitos como sujeito. Assim, nos dois ensaios antes citados, Gumbrecht tem por foco a apresentação de três fatores que, de seu ponto de vista, teriam contribuído para o surgimento das noções de autor e sujeito.

No primeiro deles, “Autor como máscara: contribuição a uma arqueologia do impresso”, Gumbrecht mostra como a institucionalização da imprensa teria possibilitado a circulação de discursos que, divulgados agora sob a forma de impressos, passam a comunicar sem a presença física de seu criador. Ou seja, a ausência corporal do criador de discursos impressos - ausência esta possibilitada pelo surgimento da nova tecnologia da impressão -

Revista Literatura em Debate V.3, n.4, p. 1-20,2009

obrigaria o criador desses discursos a elaborar estratégias de controle da recepção e das interpretações de seus escritos. Tais estratégias se configuram na veiculação, também esta impressa, de suas “intenções”.

Lugares para a expressão das intencionalidades do criador, prefácios e introduções começam a surgir para cumprir o papel normatizador da recepção de textos, evitando ao máximo a flutuação dos sentidos decorrente da plurivocidade do texto escrito, tornando-o unívoco. A possibilidade da correção de uma eventual incompreensão ou má compreensão permitida pela comunicação face a face, na qual emissor e receptor de um discurso estão co-presentes, é substituída pela expressão - escrita e também ela impressa - das “intenções do autor” que passam a acompanhar o discurso impresso. No segundo ensaio, “Garcilaso de la Vega, el Inca: nascimento do sujeito a partir do sistema da burocracia”, Gumbrecht discute outros dois fatores que, somados ao primeiro fator (a institucionalização da imprensa), terminariam por configurar o contexto de surgimento das noções de autor e sujeito: o processo de colonização da América e o surgimento do sistema burocrático.

No contexto formado pela conjunção desses três fatores, a ausência corporal do criador do discurso precisava ser compensada pela validação documental da autoria de um texto - fosse ele manuscrito (cartas, documentos, etc) ou impresso (autobiografias, crônicas) -, de modo a garantir e até mesmo criar direitos de posse na disputa entre os colonizadores e o Estado. O caminho para a construção dessa validação é a escrita de cunho autobiográfico ou documental. É por meio dela que o colonizador pode disputar com o Estado a posse sobre as terras colonizadas. Daí, na última parte do segundo ensaio, Gumbrecht associa a gênese do Sujeito ao surgimento da burocracia.

Nesse sentido, para Gumbrecht, a autoconstrução - por meio da escrita - de identidade, subjetividade e autoridade (em seu duplo sentido) é uma experiência possível apenas a partir de uma constelação de fatores históricos que a antiguidade clássica e a idade média não conheceram e que transformariam para sempre o processo de constituição da realidade no mundo ocidental (p. 112): a invenção e institucionalização da imprensa, a descoberta da América e sua colonização (fatores que inauguram a necessidade de garantir a posse sem a presença física do possuidor) e a instauração do sistema burocrático, com a proliferação de documentos. Segundo o pensador alemão, as operações de construção de identidade, subjetividade e identidade autoral teriam ocorrido, portanto, em um momento em que estavam plenamente configuradas as possibilidades de “institucionalização da subjetividade”

(GUMBRECHT, 1998, p. 133-134).ⁱⁱⁱ

A partir da argumentação de Gumbrecht, podemos inferir que o surgimento das noções de identidade, subjetividade e autoria está atrelado à ausência. No campo da produção artística ou ficcional, tal ausência se deve à circulação de discursos sem a presença física de quem os produziu, possível apenas pela técnica da impressão. No campo de produção de discursos autobiográficos e documentais, tal ausência se deve às grandes descobertas – de terras distantes - e ao sistema burocrático, no qual propriedade e posição social passaram a ser asseguradas não mais pela palavra oral, que dependia da presença do reivindicador da posse, mas pela palavra escrita, que passava agora a garantir direitos de herança e propriedade. Como afirma Gumbrecht, documentos têm a função de “representar sujeitos na ausência de seus corpos” (GUMBRECHT, 1998, p. 133)^{iv}.

Se, subscrevendo a explicação de Gumbrecht, o contexto histórico que moldou a modernidade trouxe a possibilidade de configuração das noções de autor e sujeito, qual seria hoje o enfoque dado a tais noções? Como vimos, em *The Death and Return of the Author*, Seán Burke chama a atenção para o fato que, além das questões éticas e morais suscitadas pelo “caso Paul De Man” quanto ao papel dos intelectuais e a responsabilidade social sobre o conteúdo de seus escritos, esse episódio também fez ressurgir, para serem utilizados nos argumentos tanto de seus defensores quanto de seus detratores, alguns dos principais tópicos da crítica centrada no autor que haviam sido abandonados pelo desconstrucionismo: intenção autoral, autoridade, biografia, responsabilidade, obra e autobiografia (BURKE, 1993, p. 4-5).

No debate surgido em torno de Paul De Man por ocasião da publicação de seus escritos da juventude, a questão da intenção, argumenta Burke, foi focalizada ora a partir de uma perspectiva desconstrucionista, marcadamente anti-intencionalista, ora contextualista e pró-intencionalista. Ambas, contudo, partiam do pressuposto comum de reconhecimento da intenção, uma vez que assumiram que “o que ele quis dizer importa, que o que ele quis dizer significa algo para nós, e que sua obra posterior é governada por boas ou más intenções em relação àqueles artigos colaboracionistas” (Id. Ibid. p. 4).

Segundo Burke, as discussões em torno da autoridade de De Man como teórico e filósofo trouxeram de volta a noção de hierarquia de discursos, uma vez que “o fato de Paul de Man, tal como Heidegger, ser um autor-filósofo levou muitos críticos a ver sua ligação com a ideologia nacional socialista como tendo conseqüências mais perniciosas do que as de personagens culturais não-discursivos, tais como músicos, enxadristas, entre outros” (Id. Ibid. Revista Literatura em Debate V.3, n.4, p. 1-20,2009

p. 4). Ora para defendê-lo, ora para acusá-lo, dados biográficos e contextuais foram amplamente utilizados nos debates em torno do caso, da mesma forma que a questão da responsabilidade autoral prevaleceu sobre a afirmativa de sua ficcionalidade.

Ao traçar as linhas de força que modelaram o contexto no qual surge o pós-estruturalismo na França e a partir do qual considera devam ser compreendidas as afirmativas pós-estruturalistas de ‘morte do autor’ e a sua postura anti-subjetivista, Burke estabelece as diferenças entre a limitada reação contra o positivismo biográfico adotada anteriormente por movimentos como o formalismo russo e o *new criticism* americano, nos quais o conceito de autor não desaparecera em definitivo, e a efetiva dissolução do conceito pelos pós-estruturalistas (BURKE, 1993, p. 14). Enquanto a questão do autor no formalismo russo e no *new criticism* limitava-se a uma reação contra o positivismo biográfico, dominante no século XIX, no pós-estruturalismo a dissolução do conceito de autor veio a reboque da discussão maior - em torno da dissolução do sujeito - que ocupava as ciências humanas e a filosofia.

Como enfatiza Burke, no início de suas carreiras, Barthes, Foucault e Derrida estiveram imersos nas questões centrais à fenomenologia: sujeito e consciência. Somente com a revolução lingüística representada pelo impacto das publicações de *Tristes Tropiques*, de Claude Lévi-Strauss, e *The Agency of the Letter in the Unconscious, Or Reason Since Freud*, de Jacques Lacan, em 1955 e 1957, respectivamente, ocorre um questionamento radical desses pressupostos no pensamento dos três filósofos que posteriormente viriam a ser denominados pós-estruturalistas. Assim, para Burke, a lingüística estrutural - que fora concebida em berço de língua francesa com a publicação em 1915, na França, de *Course in General Linguistic*, do lingüista suíço Ferdinand de Saussure - precisou ser adotada pelo formalismo russo e depois migrar por diferentes disciplinas - a antropologia de Lévi-Strauss, a psicanálise de Lacan - para só então retornar ao que considera seu “campo natural de aplicações”, os estudos literários, através de Barthes, Derrida e Foucault (Id. Ibid. p. 12).

Como afirma Burke, os pressupostos intrínsecos ao modelo lingüístico têm conseqüências diretas para a questão do sujeito, que sofre necessariamente uma radical mudança de *status* em relação à produção do conhecimento, e também para a relação do sujeito com o mundo. A desnaturalização da linguagem a que conduz a afirmativa da “arbitrariedade do signo” de Saussure - a partir da qual a relação entre significante e significado deixa de ter uma correspondência natural para basear-se na relação convenção/diferenciação - está na base das análises das relações sociais de Lévi-Strauss e das

Revista Literatura em Debate V.3, n.4, p. 1-20,2009

concepções sobre o inconsciente de Lacan (Id. Ibid. p. 13).

Para Burke, a postura anti-subjetivista dos pós-estruturalistas deveria ser compreendida a partir da “intersecção entre a fenomenologia e o estruturalismo” (Id. Ibid. p. 14), mas também como uma questão que ultrapassava o plano literário e estava inserida no contexto de discussões que envolviam as ciências humanas em geral. Assim, a declaração pós-estruturalista da “morte do autor” deveria ser considerada em termos epistemológicos e associada à mudança geral de pressupostos que ocorria desde a “revolução” operada pela lingüística estrutural, ou seja, ao fim do sujeito compreendido como anterior à linguagem, concebido como centro transparente, transcendente - e eu acrescentaria neutro - da produção do conhecimento. Nesse sentido, enquanto a resistência à noção do autor nas teorias formalistas se limitava à estratégia de “estabelecer um campo coerente para os estudos críticos” através da eliminação no objeto literário de especulações em torno de dados biográficos e psicológicos sobre o autor, que remontavam às estratégias interpretativas do século XIX, no caso do pós-estruturalismo a questão é muito mais ampla (BURKE, 1993, p. 15).

Se nas teorias formalistas a exclusão da figura do autor respondia à necessidade metodológica de uma perspectiva teórica para a qual “a morte ou desaparecimento do autor não estava em debate, mas sim a incompatibilidade de categorias autorais com análises imanentistas” (Id. Ibid. p. 16), no caso do pós-estruturalismo, “o surgimento da escrita é *a priori* identificável com o desaparecimento do autor”. Ou seja, a exclusão do autor vai muito além de uma estratégia metodológica, passando, nas palavras de Burke, para uma “afirmativa ontológica sobre a própria essência do discurso” (Id. Ibid. p. 16). Se de um lado esta colocação de Burke pode parecer uma leitura apressada da teoria que também propôs o fim do essencialismo, de outro aponta para um certo dogmatismo que merece ser questionado:

Declarações desse tipo – características do moderno anti-autorialismo – não são feitas através de uma linha argumentativa ou de uma moldura discursiva convencional. O que se expõe não é oferecido como algo aberto a questionamentos. O leitor é convidado ou a aceitar a verdade do que está sendo dito como nada menos que um fato da escrita, ou é levado de volta, de modo nostálgico, a um humanismo que já não é sustentável no atual contexto teórico. E, em geral, tem sido esta de fato a reação padrão à declaração da morte do autor (Id. Ibid. p. 17).

Ao apresentar a discussão da morte do autor inserida na discussão da morte do sujeito, Seán Burke contextualiza filosófica e teoricamente os discursos e textos que anunciaram essas

mortes. Burke considera que tais discursos não foram suficientemente analisados pela crítica, seja devido ao dogmatismo dos próprios pós-estruturalistas, que tomaram o desaparecimento do autor como um “artigo de fé” (Id. Ibid. p. 17), seja porque aqueles que saem em defesa do autor normalmente o fazem a partir de uma “postura humanista fundamentalmente fechada ao debate em sua oposição à redução da literatura a um jogo impessoal de significação” (Id. Ibid. p. 17). Nesse sentido, podemos concluir que Burke, no momento em que propõe o retorno à discussão do autor, também propõe a retomada da questão do sujeito. Mas em que termos?

A crítica de Burke ao pós-estruturalismo, mas sobretudo à vertente anglo-americana da desconstrução, além de dar a exata dimensão das disputas teórico-críticas franco-anglo-americanas, também faz ver que, embora interligadas, as afirmativas da morte do autor e do sujeito têm amplitudes e conseqüências distintas. Burke alerta para o equívoco de supor que ‘Homem’ e ‘Autor’ se refiram ao mesmo sujeito, ou que autor seja uma instância específica do ‘Homem’ (BURKE, 1993, p. 105).

No subcapítulo intitulado “Subjetividades”, pertencente ao mesmo livro, Seán Burke aponta para a necessidade de compreender as diferentes instâncias em que esses dois conceitos circulam, tomando o cuidado de não reduzir um ao outro:

Que os destinos do homem e do autor estão entrelaçados – e que eles se tornarão ainda mais inextricáveis caso nossas idéias de mundo e de texto se tornem mais e mais coesas - é incontestável. Isto contudo não significa que em toda e qualquer época e lugar eles possam ser reduzidos um ao outro sem problemas (Id. Ibid. p. 106).

Segundo Burke, a sobreposição entre os dois conceitos se deve, por um lado, à confusão geral em torno da palavra sujeito, que ao longo de sua história assumiu diferentes sentidos, muitas vezes opostos: se inicialmente “sujeito” assumira o sentido de *subjectus*, o sujeito subalterno em uma relação de vassalagem ou subordinação a uma instância superior, posteriormente passou também a denotar a soberania do ego transcendental das filosofias da consciência (Id. Ibid. p. 106). Por outro lado, tal sobreposição se deve às relações filosóficas que a palavra sujeito mantém com conceitos tais como “*self*, *cogito*, ego, ego transcendental, consciência, conhecimento e criatividade” (Id. Ibid. p.107). É nesta complexa relação entre diferentes conceitos, que muitas vezes se fundem e sobrepõem, que estão inseridas as declarações de morte do sujeito e de morte do autor.

Como Burke procura mostrar, várias e distintas concepções de sujeito e autor estão em

Revista Literatura em Debate V.3, n.4, p. 1-20,2009

jogo nestas afirmativas: ora se trata do sujeito transcendental da filosofia clássica, ora do sujeito da consciência e do conhecimento da fenomenologia, ora do autor entendido como princípio formal a dar sentido ao texto, ora do autor em seu sentido empírico, psicobiográfico. Todas estas concepções se conectam em suas respectivas “mortes”:

A morte do sujeito transcendental está ligada à morte do sujeito do conhecimento, que por sua vez está ligada à morte do autor como princípio textual formal, a qual, por sua vez, está ligada ao desaparecimento da intencionalidade psicobiográfica.

Essa corrente de associações é o fundamento ‘filosófico’ da morte do autor. O que se afirma, no fundo, é que a negação do cogito apaga todas as formas de subjetividade e os predicados delas derivados (BURKE, 1993, 107).

É contudo contra o sujeito concebido *a priori*, fora do espaço, do tempo, da linguagem, da história e da cultura, que os discursos da morte do sujeito se dirigem. A partir deste reconhecimento, Burke faz algumas perguntas importantes:

De fato, é inegável que, em conjunto, Lévi-Strauss, Lacan, Althusser, Derrida, Barthes e Foucault trouxeram vigor ao período ao se posicionarem contra a idéia de um sujeito apriorístico, situado fora do espaço e do tempo, da linguagem, da história, da cultura e da *différance*. Mas esta investida violenta põe abaixo todos os significados de sujeito, tal como afirmam alguns? O conceito de autor só é sustentável se uma subjetividade transcendental for assim constituída? Ou, para formular a questão não formulada e logicamente anterior: como se constitui o conceito de autor tomando-se por base uma subjetividade transcendental? (BURKE, 1993, p. 107).

Buscando respostas a essas questões, Burke dirá que qualquer perspectiva crítica que associe o autor ao sujeito transcendental deverá necessariamente fazer uma completa separação entre o autor concebido como agenciamento empírico e o autor concebido como princípio puramente ontológico ao texto: “Para ser concebido em termos transcendentais o autor deve ser esvaziado de todo e qualquer conteúdo psicológico e biográfico: um sujeito transcendental personalizado e psicobiograficamente constituído é impensável” (Id. Ibid. p. 107).

Concepções de subjetividade transcendental partem dessa separação inicial, tal como se verifica na formulação kantiana de sujeito, entendido como “percepção transcendental, unidade de consciência *a priori*, puramente formal que garante o conhecimento objetivo” (Id. Ibid. p.107-8) e, da mesma forma, na conceituação de sujeito da fenomenologia husserliana, sujeito destituído de “conteúdo psicológico ou empírico e alocado fora do espaço e do tempo”. Como enfatiza Burke, “é preciso ser extra-mundana para que uma subjetividade seja

Revista Literatura em Debate V.3, n.4, p. 1-20,2009

transcendental” e, para complementarmos a argumentação de Burke: “o ‘eu’ não tem nenhuma existência no mundo fenomenológico: é um sujeito puramente lógico” (Id. Ibid. p. 108).

Segundo Seán Burke, esta concepção de subjetividade transcendental transferiu-se para o plano da crítica literária e, a partir dela - ainda que muitas vezes tenha acabado por deslizar para o psicologismo que Husserl pretendia evitar -, o autor passou a ser entendido como um princípio puramente formal de verificação e validação do sentido do texto (p. 108). Assim, na crítica fenomenológica mais fiel ao sujeito husserliano - e portanto distanciado do psicologismo subjetivista -, a concepção de autor passa a servir de instância de confirmação do sentido do texto, cumprindo, em escala textual, função semelhante àquela do sujeito transcendental que possibilita o conhecimento objetivo e a verdade universal:

Kant e Husserl formularam o postulado de um ego transcendental necessário para se garantir a objetividade do nosso conhecimento sobre o mundo. Somente através desse postulado o conhecimento individual poderia se reconciliar com o conhecimento universal. (...) Dada a indeterminação do sentido textual na ausência de uma norma adjudicativa qualquer, a premissa da intenção autoral é condição epistemológica necessária à existência de sentido objetivo. O autor assim constituído não é nem local de forças, nem lugar psicobiográfico, mas metáfora para o texto, operando no nível mais consistente e plausível de interpretação, um princípio puramente formal de determinação do conhecimento textual. Intenção não é aqui o embate vívido e agonístico de um autor com seu material, mas, ao contrário, o tribunal último no qual os criticismos competem, reivindicam suas verdades, e consentem em ser julgados. Portanto, o lugar do autor fica acima e além do nível em que os sentidos textuais podem estar em conflito e em contradição, e é através de sua ação unificadora que tais conflitos podem ser neutralizados no interesse de uma ‘verdade’ mais elevada, auto-evidente, ou no interesse de determinado sentido (BURKE, 1993, p. 109).

É a essa noção de autor, afirma Burke, transcendente porque concebido como não-empírico e cuja intenção é tomada como critério indiscutível de autenticação do sentido, que os discursos anti-autor se dirigem: se para Barthes tal noção de autor acaba por provocar o fechamento das possibilidades interpretativas, para Foucault acaba por funcionar como um princípio que reduz as possibilidades de proliferação de sentidos. No entanto, continua Burke, tomar seu contrário - a impessoalidade - como único caminho alternativo é recair na mesma transcendência da qual se pretendia escapar (Id. Ibid. p. 109). Esta aporia é reconhecida pelo próprio Foucault e destacada por Burke:

De modo similar, mas inversamente, é evidente o modo como a doutrina da impessoalidade pode implicar a idéia de um autor transcendentalmente distante. O

Revista Literatura em Debate V.3, n.4, p. 1-20,2009

próprio Foucault faz um alerta contra o idealismo transcendental recrudesciente no conceito de *écriture*: ‘a noção de escrita parece deslocar as características empíricas do autor em direção a um anonimato transcendental’. De fato, com o texto impessoal, é impossível determinar se o que surge é a transcendência da linguagem ou a transcendência de seu autor (Id. Ibid. p. 110).

É neste ponto, a meu ver, que Seán Burke dá sua maior contribuição ao debate contemporâneo sobre concepções de autor e sujeito. Tendo até então trabalhado no sentido de explicitar os pressupostos e conceitos que estão em disputa no debate em torno da morte do autor - de um lado as categorias transcendentais da crítica fenomenológica alinhada a Husserl, na qual o autor é tido como autoridade cuja função é validar a “verdade” do texto, de outro a crítica pós-estruturalista, que oferece como alternativa àquela concepção de autor a impessoalidade, correndo o risco de cair na transcendência da linguagem^v-, Burke agora acrescentará à discussão um novo elemento: o discurso autobiográfico. Um elemento que obrigará a relativização de todas as afirmativas e evitará a recaída na lógica da transcendência através da historicização do autor empírico. Para fundamentar tal posição, Burke recorrerá a dois pensadores que fizeram a crítica às filosofias da transcendência: Nietzsche e o próprio Foucault.

Burke aponta que concepções biográficas de autor abalam não apenas o próprio conceito de autor como categoria transcendente e a alternativa da impessoalidade textual intrínseca aos discursos anti-autor, mas as próprias condições de produção de “verdade” e “objetividade” universais, que se fundam no distanciamento autor/texto: “Constituir um sujeito biográfico ou um sujeito do desejo em um texto que exhibe o não envolvimento transcendental de seu autor abala não apenas o soberbo distanciamento desse autor, mas as próprias declarações de verdade e objetividade que tal distanciamento reforça” (BURKE, 1993, p. 111).

Textos verificativos são facilmente identificados por serem supostamente produzidos por uma subjetividade transcendente ou por uma impessoalidade textual que, no discurso filosófico, passam a constituir a própria condição de produção da verdade objetiva. Tendo por principais interlocutores as concepções de sujeito cartesiano e kantiano, será contra o discurso filosófico impessoal, anônimo, validado pela transcendência de um “sujeito desinteressado”, afastado do texto, que Nietzsche dirigirá suas críticas. E o fará por meio do discurso autobiográfico:

Na modernidade, Nietzsche, mais que qualquer outro filósofo, esteve profundamente consciente desses problemas. O aspecto autobiográfico de seu texto, suas divagações

e digressões excêntricas e altamente pessoais operam contra o ideal filosófico do presunçoso desinteresse. Além disso, Nietzsche não apenas aplicou essa estratégia aos seus próprios textos, mas buscou revelar a ilusão do anonimato transcendental do discurso filosófico, contrapondo a personalidade e os preconceitos do autor filosófico à aparente objetividade de seu sistema (Id. Ibid. p. 111).

Ao inscrever o filósofo-autor no sistema, Nietzsche questiona as noções de “conhecimento”, “verdade” e “moralidade”, compreendendo-as como conseqüências de procedimentos adotados pelo filósofo desde o princípio de sua escrita ou reflexão:

Filósofos apresentam suas conclusões como resultado de investigações estritamente desinteressadas sobre os problemas da verdade, do conhecimento e da moralidade, como conseqüências que dependem apenas de procedimentos puramente racionais. Na visão de Nietzsche, contudo, tal meta é estabelecida desde o início. O texto é escrito de trás para frente, os raciocínios do filósofo das conclusões para as premissas (BURKE, 1993, 112).

Burke explica que, para Nietzsche, na tradição filosófica que está sob sua mira, “afirmar a impessoalidade de um sistema filosófico é o primeiro passo para atribuir a esse sistema um valor transcendental e vice-versa” (p. 113). É nesse sentido que, ao inscrever o sujeito autoral dentro do sistema, Nietzsche abala as teorias da transcendência do sujeito e, com elas, as noções universais de verdade e objetividade.

Longe de endossar uma à outra, de pertencer uma à outra enquanto aspectos do mesmo sujeito, a subjetividade transcendental dos sistemas filosóficos e a subjetividade do autor trabalham uma contra a outra: a inscrição de uma biografia, um desejo biográfico e biológico interno ao texto resiste a qualquer teologia do sujeito idealista. Duas subjetividades marcadamente distintas estão em oposição: uma, transpessoal, extra-mundana, normativa e formal; a outra, intra-mundana, biográfica, um sujeito do desejo, uma vez que anseia por um mundo melhor, um sujeito ‘material’ (Id. Ibid. p. 113).

Nesse sentido, para Seán Burke, trata-se de um equívoco apontar Nietzsche como precursor das teorias desconstrucionistas que professam o desaparecimento do autor, pois esta suposição descarta a distinção feita pelo filósofo entre estes dois sujeitos:

A recepção equivocada de Nietzsche como um proto-desconstrucionista que advoga pelo desaparecimento do autor é resultado direto da negligência em relação a esta distinção. De fato, o segmento de *The Will to Power* no qual se baseia a apropriação anti-autor de Nietzsche se dirige exclusivamente contra os sujeitos cartesiano e kantiano: uma intensa e concentrada crítica filosófica à egologia onto-teológica das filosofias da consciência é direta e equivocadamente tomada como ataque ao autor. De fato, não poderia haver leitura mais errônea, pois – virtualmente sozinho entre filósofos – Nietzsche insistia sobre as mais estreitas ligações entre o homem e suas obras, chegando até mesmo a ver essa conexão como indicativa do valor de um sistema de pensamento (Id. Ibid. p. 113).

Segundo Seán Burke, é este mergulho de Nietzsche na vida mesma, essa “humanização do conhecimento” derivada da conexão entre sujeito e vida, autor-filósofo e texto, a possibilitar que o pensamento filosófico se liberte de sua transcendência e o conhecimento se torne relativo, mediado, perspectivo (Id. Ibid. p. 113-14). Por sua vez, a crítica de Nietzsche ao sujeito transcendente abre caminho para repensarmos a questão da subjetividade dentro de uma perspectiva histórica (BURKE, 1993, p. 112). É dentro desta perspectiva que Burke vê o trabalho do próprio Michel Foucault: “Em ‘The Subject and Power’, Foucault afirma de fato que o objetivo do pensamento contemporâneo é ‘promover novas formas de subjetividade através da recusa ao tipo de individualidade que tem sido a nós imposta por muitos séculos’ (Id. Ibid. p. 112).

Assim, Seán Burke mostra que na versão pós-estruturalista vinculada à contribuição de Foucault, em sua articulação com reflexões teórico-filosóficas que remontam a Nietzsche e à chamada filosofia anti-humanista, a concepção de sujeito a ser abalada é de fato a concepção de sujeito transcendental, anterior à linguagem, fora da história e do tempo. Ao trazer, através de Nietzsche e Foucault, a discussão sobre autor e sujeito para uma dimensão empírica, histórica e contextualizada, Burke abre caminho para o debate sobre as dificuldades políticas suscitadas pela declaração da morte do autor e do sujeito, não apenas no espaço intramuros da academia, como exemplificado pelo “caso Paul de Man”, mas também no espaço fora dela, permitindo ampliar a discussão para a necessidade de articularmos textos e comunicados a noções alternativas de autor e sujeito; noções estas capazes de dar conta da necessidade de expressão de novas subjetividades em um contexto no qual a percepção da sociedade como um contexto multicultural é cada vez mais forte.^{vi}

Em um momento em que cada vez mais os estudos literários e culturais se aproximam da antropologia, em que a relativização de afirmativas e verdades se torna cada vez mais necessária para a compreensão das questões contemporâneas, em um contexto cada vez mais percebido como multicultural, no qual ganham visibilidade novas subjetividades, parece cada vez menos plausível - tal como ocorria nas versões menos politizadas da vertente pós-estruturalista e de sua recepção anglo-americana pela assim denominada desconstrução - a desvinculação de textos, enquanto discursos e comunicados, de seus autores empíricos, com suas ideologias, crenças e, sobretudo, pertencimentos a grupos sociais e culturais variados e variáveis.

Obviamente, diante dessas questões, não se trata de retomar as noções de autoria e sujeito fundadas em pressupostos metafísicos ou transcendentais. Ao contrário, parece cada vez mais necessário compreender esses dois conceitos a partir de sua vinculação com contextos históricos, sociais e culturais percebidos como multifacetados e plurais, sobretudo quando pensamos nas novas subjetividades que se tornam visíveis a partir deles e que, muitas vezes, estão também elas, qual Garcilaso de la Vega, a reivindicar direitos.

E, no entanto, essa perspectiva não me parece suficiente. Para além do que sugere o texto de Seán Burke, é preciso atribuir sentidos aos conceitos de autor e sujeito que os tornem produtivos não apenas para a percepção de novas subjetividades, pois desse modo partimos do pressuposto de que tais subjetividades são anteriores aos próprios conceitos que elaboramos. É preciso – e aqui se trata de uma afirmativa definitivamente retórica – atentar para a própria construção, através dos conceitos que elaboramos, de contextos e realidades multifacetadas e plurais.

Nunca é demais lembrar que o contexto moderno de surgimento das noções de autor e sujeito anteriormente referido foi modelado, de modo plausível, a partir do presente, por um pensador contemporâneo de nome Gumbrecht; e que o contexto filosófico e teórico-literário do período que vai de meados do século XX ao início do século XXI aqui apresentado também foi modelado, de modo plausível, por um pensador contemporâneo de nome Burke. Tampouco é demais lembrar que o pensamento de ambos os autores foi aqui justaposto, resumido e recortado por mim. Nesse sentido, o que parece necessário é reconhecer a contribuição dos sujeitos – através dos conceitos que constituem e da maneira que os apresentam – na construção da própria episteme. Resta saber se desejamos que tal episteme esteja apta ou não a construir realidades multiculturais e plurais.

Essa perspectiva, declaradamente construtivista (SCHMIDT: 1989, 1994; VERSIANI: 2005), acredita que conceitos são elaborados por sujeitos que, em sua historicidade, constroem as realidades em que tais conceitos e sujeitos circulam, ao mesmo tempo em que sujeitos e conceitos, em sua historicidade, são por tais realidades constituídos. Ou seja, a própria realidade – seja ela uma realidade passada, seja ela uma realidade contemporânea – depende de conceitos para constituir-se ou não enquanto multicultural e plural. Tal circularidade – de realidades e contextos que constituem sujeitos que constituem realidades e contextos – não está, também ela, desvinculada do sujeito que a postula: desta autora que vos fala, que atribui uma perspectiva política a elaborações teóricas e conceituais.

ABSTRACT: This paper intends to offer a map for a possible history to author concept. Based on thinkers as Seán Burke and Hans Ulrich Gumbrecht, this work points out to historical and sociocultural circumstances which have made possible by the emergence of the concept of author at the Modern Age, its critic and its dissolution in the 20th Century and its contemporary return. Besides, the present work tries to offer a reflection on ethical and political issues associated to the statement about "the death of the author, so as to allow interference on the contemporary need to rethink the author notion departing from other ethical, political and representational questions.

KEYWORDS: Author. Death of the author. Ethics. History of the concept. Politics.

REFERÊNCIAS

- BURKE, Seán. *The Death and Return of the Author. Criticism and subjectivity in Barthes, Foucault and Derrida*. Edinburgh: UP, 1993.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Autor como máscara: contribuição a uma arqueologia do impresso e Garcilaso de la Vega, el Inca. Nascimento do sujeito a partir do sistema da burocracia”. In: GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- HUYSSSEN, Andreas. Mapeando o pós-moderno. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pós-moderno e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- HUYSSSEN, Andreas. The Fate of Difference: Pluralism, Politics, and the Postmodern. *Amerikastudien/ American Studies*, 38, 1993.
- OLINTO, Heidrun Krieger. Letras na página / Palavras no Mundo: novos acentos sobre estudos de literatura. *Palavra*, Rio de Janeiro, n. 1, 1993.
- SANTIAGO, Silviano. Prosa literária atual no Brasil. In: SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTIAGO, Silviano. Navegar é preciso, viver... In: NOVAES, Adauto. *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- SCHMIDT, Siegfried. Do texto ao sistema literário. Esboço de uma ciência da literatura empírica construtivista. In: OLINTO, Heidrun Krieger (Org.). *Ciência da literatura empírica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. p. 53-69.
- SCHMIDT, Siegfried. On the Construction of Fiction and the Invention of Facts. *Poetics* 18, 1989,
- VERSIANI, Daniela Beccaccia. *Autoetnografias. Conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

ⁱ Para uma importante discussão acerca das conseqüências políticas das afirmativas da morte do sujeito e do autor, cf. HUYSSSEN, Andreas. “Mapeando o pós-moderno”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pós-Revista Literatura em Debate* V.3, n.4, p. 1-20,2009

moderno e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, e, do mesmo autor, “The fate of difference: pluralism, politics, and the postmodern”. *Amerikastudien/ American Studies*, 38, 1993.

ⁱⁱ Valeria a pena, aqui, fazer uma comparação entre aquilo que Gumbrecht denomina “jogo de máscara do autor” e a “função do autor”, apresentada por Michel Foucault no já clássico “O que é um autor?”. Algumas proposições de Foucault serão tangencialmente debatidas mais adiante. Cf. FOUCAULT, Michel. ‘O que é um autor?’. In: _____. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.

ⁱⁱⁱ É importante notar que em sua argumentação Gumbrecht descarta as abordagens seqüenciais que estabeleceriam monocausalidades entre a invenção da imprensa, as grandes descobertas, o processo de colonização e o surgimento do sistema burocrático, preferindo trabalhar com a noção de simultaneidade dos acontecimentos, o que significa estabelecer relações plausíveis, e não categóricas.

^{iv} Para uma discussão semelhante àquela apresentada por Gumbrecht, vale a pena conferir o ensaio de Silviano Santiago intitulado “Navegar, é preciso viver”, no qual o crítico brasileiro discute a função desempenhada pela Carta de Pero Vaz de Caminha como asseguradora e legitimadora dos direitos da coroa portuguesa – representada pela figura do Rei – sobre as terras achadas além-mar. Cf. SANTIAGO, Silviano. “Navegar é preciso viver. In: NOVAES, Aduato. *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

^v Em relação à questão da linguagem como categoria transcendente, é preciso ter em mente as variações de *status* atribuído à linguagem pelos diferentes pensadores pós-estruturalistas.

^{vi} Em contexto brasileiro, Silviano Santiago já apontava, em “Prosa literária atual no Brasil” (1984), para o então crescente interesse dos estudos literários por discursos autobiográficos e biográficos – também denominados discursos de construção de *selves* –, bem como para os aspectos referenciais autobiográficos e biográficos que permeiam discursos ficcionais. Naquele artigo, Santiago apontava para a necessidade de pousarmos os olhos sobre aquilo que ele denominava como “o corpo-vivo que está por detrás da escrita” (p. 31). Ainda que por razões diversas daquelas apontadas por Gumbrecht como as constelações que favoreceram o surgimento das noções de autor e sujeito na Modernidade e daquelas apontadas por Seán Burke ao referir-se à discussão suscitada pelo ‘caso de Man’, Silviano Santiago alertava então para a necessidade de vincular textos a seus autores e aos sujeitos a partir dos quais os discursos e comunicados associados a esses textos são emitidos.

Revista Literatura em Debate V.3, n.4, p. 1-20,2009